

ATA DA 308ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, na sala de Reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Rafael Valle Vernaschi, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Saad, Vitore André Zilio Maximiano, Bruno Ricardo Miragaia, Luciano Alencar Negrão Caserta, Rafael Bessa Yamamura, Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Representando a Corregedoria Geral, Aluisio Iunes Monti Ruggeri Re, e Representando a Apadep, Rafael Moraes Português de Souza. Ausentes Justificadamente os Conselheiros Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Fabiana Botelho Zapata e Franciane de Fátima Marques. A Presidente iniciou a sessão às 09h30min, informando que se reuniu, durante a semana com o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori. Apontou que, na reunião, expôs que a Defensoria não pretendia integrar o Gabinete Criminal de Crise, por não considerar o momento oportuno e visualizar ilegalidades na medida. Informou que também expôs ao Presidente do TJ/SP, a discordância em relação ao projeto de lei que cria as “Super Vec’s”, contudo, destacou que o Presidente do Tribunal de Justiça, Ivan Sartori, havia dito que o projeto teria sido retirado da Assembléia Legislativa. Comunicou que diversas cidades com unidades da Defensoria já passam pela implantação do peticionamento eletrônico e digitalização de processos, feita pelo TJ/SP. Informou que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, com o apoio do TJ/SP, tem fornecido apoio técnico às unidades da Defensoria para adotarem os novos procedimentos processuais. Relatou o recebimento de telefonema por parte do Governador, em que deseja prestigiar a instituição com a sanção do Projeto de Lei Complementar 27/12 na presença de todos os Defensores Públicos, e informou que possivelmente a assinatura se dará na próxima sexta-feira, dia quatorze de dezembro, mas a data deverá ser confirmada diante da agenda que se modifica constantemente. Comunicou que foi realizada na última terça-feira, dia quatro de dezembro, uma audiência com representantes da sociedade civil para discutir o planejamento de expansão da instituição. Destacou que na última semana, dia trinta de novembro, foram finalizadas as reuniões temáticas sobre a parametrização da atuação e a expansão com os Defensores Públicos, e avaliou que a partir deste momento, o tema será debatido no âmbito do Conselho Superior. O Conselheiro José Moacyr apontou que na reunião temática da área de família foi apresentado um dado incorreto em relação à unidade de Campinas, informando que mensalmente as declarações iniciais computam um total de nove, sendo que somente em sua banca as declarações iniciais computam mais de setenta casos. A Conselheira Juliana Saad apontou que o erro foi identificado, mas que os dados serão retificados até o final de janeiro, prazo dado às Unidades para validação das informações. O Conselheiro Bruno Miragaia informou que em conjunto com os Conselheiros Luis Gustavo, Rafael Bessa e Rafael Vernaschi, farão a juntada ao processo CSDP nº 356/12, de proposta de distribuição de cargos de Defensor que contemple a descentralização do atendimento inicial e os plantões na Capital. Apontou que, nos últimos anos, houve diversos avanços desse sentido, mas percebeu que neste momento há uma oportunidade de sanar os problemas oriundos da centralização. O Presidente da Apadep, Rafael Português criticou a maneira como está sendo conduzido o processo de distribuição de cargos, e pontuou que não basta a apresentação de uma proposta, sem que haja a possibilidade de promover as alterações de maneira democrática. Segundo ele, o compromisso assumido pela Defensoria Geral com o Governo do Estado de alocar Defensores nas varas de execução criminal e junto às execuções de medida sócio-educativas não se estende ao Conselho, à Apadep, à Ouvidoria e à Sociedade Civil, portanto, o envio da proposta ao Conselho como combinado com o Executivo é suficiente para o cumprimento do acordo. A Presidente discordou do posicionamento da Apadep, e informou que os acordos assumidos pela Defensoria Geral, traduzem o compromisso institucional, apontando que foi através da palavra da representante da instituição que o Governador confiou em levar à Assembléia Legislativa, o projeto de expansão da Defensoria Pública, assim reforçou que irá honrar o compromisso assumido com o executivo. Após discussão, sugeriu a data da próxima quinta-feira, dia treze de dezembro, para que os Conselheiros possam tomar conhecimento e discutir as propostas. Por fim, o Colegiado agendou reunião para o dia treze de dezembro, às dezesseis horas. Não havendo mais

comunicações da Presidência, passaram-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência dos Conselheiros Luis Gustavo Fontanetti e Franciane Marques, em razão de férias, e a ausência da Conselheira Fabiana Zapata em razão de curso de justiça restaurativa. Informou a substituição da Corregedoria Geral, pelo Corregedor Assistente, Defensor Aluisio Iunes. Não havendo mais comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito, Bruno Lopes de Oliveira, Defensor da Regional de São José dos Campos. Ele solicitou alterações na proposta da administração para a distribuição de cargos de Defensor, apontando que a proposta prevê a alocação de um cargo de Defensor em Jacareí e outro em Caraguatatuba, assim, informou que irá protocolar uma proposta para que seja priorizada a criação de uma única unidade, sendo ela a Unidade de Caraguatatuba, com a atuação de pelo menos dois Defensores, e neste momento não abrir a Unidade de Jacareí. Justificou que as cidades estão distantes da sede da Regional e que não há condição de haver substituições das atividades quando os Defensores estiverem afastados de suas atribuições por férias ou licenças. Avaliou que apenas um Defensor não terá condições de absorver todas as demandas geradas nas cidades, e sugeriu que sua proposta seja acolhida, devido a concentração de presídios na cidade e os elevados gastos no município com convênios. O Representante da Apadep, Rafael Português informou que também discorda da proposta de abrir unidades com apenas um Defensor, considerando que esse procedimento acarretaria prejuízos ao atendimento no período de ausência do Defensor, além das capacitações promovidas pela Edepe. A Conselheira Juliana Saad apontou que a proposta da Administração não prevê a abertura de unidades com apenas um Defensor, e esclareceu que a atuação se dará em varas de execução criminal e em execução de medida sócio-educativa de internação nas cidades indicadas, não significando que o Defensor irá ficar na cidade, aguardando que a unidade seja efetivamente instalada. A Presidente franqueou à palavra a próxima inscrita, Maria Amélia, Representante do Movimento de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres. Ela apontou que a campanha “dezesseis dias de ativismo contra a violência doméstica” prioriza a implementação da Lei Maria da Penha, e reforçou que todas as instituições públicas de acesso à justiça devem estar engajadas nesse anseio. A Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Aline Yamamoto, Representante do Movimento de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres. Ela considerou ser o momento oportuno para que o atendimento as mulheres seja priorizado, destacando que na expansão da Defensoria seja fornecida a especialização de Defensores na melhoria do serviço, e apresentou uma proposta elencando as quatorze principais dificuldades enfrentadas pelo público no acesso às instituições que compõem o sistema de justiça. Por fim, mostrou a importância da efetiva implementação da Deliberação CSDP que determina um atendimento diferenciado e humanizado à mulher vítima de violência. A Presidente informou que a proposta de distribuição de cargos apresentada pela Administração contempla que os Defensores da área de família atuem nos Juizados de Violência Doméstica, e reconheceu a necessidade de promover a capacitação aos Defensores que irão atuar nesse campo, se comprometendo levar o pleito à Edepe. O Conselheiro José Moacyr enalteceu a iniciativa das mulheres presentes pela pressão positiva que exercem sobre a instituição, e apontou que apenas a Lei Maria da Penha não basta para efetivar os direitos das mulheres, sendo necessário também cobrar do Judiciário a implementação dos Juizados de Violências Domésticas no interior. A Representante do Movimento, Maria Amélia apontou que o movimento reivindica políticas públicas em todas as instituições. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon, destacou diversos problemas no acolhimento das mulheres pela Defensoria. Pediu que a instituição tenha atenção especial aos pleitos do movimento, apontando a necessidade de monitorar o atendimento dispensado a essas mulheres na triagem. O Conselheiro Vitore Maximiano saudou as mulheres presentes, e informou que a Defensoria enfrenta problemas na questão da violência doméstica, pelas dificuldades por parte do Judiciário. Informou que em diversas cidades os Juizados de Violências Domésticas são vinculados a área criminal, e os Juizes acabam por não abarcar as questões de família, em suma, os Juizes de família entendem que essa é uma competência dos Juizados. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon considerou que independente das questões externas, a mulher vítima de violência doméstica deve ter um acolhimento adequado pela Defensoria Pública, e apontou a necessidade de que a instituição contemple com um fluxo nesse sentido. O Conselheiro Vitore Maximiano sugeriu que o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher auxilie no processo. O Representante da Apadep, Rafael Português defendeu que as demandas

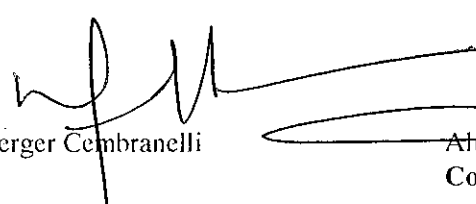
provenientes do momento aberto recebam um encaminhamento, saudando as mulheres presentes. A seguir, a Presidente franqueou à palavra a próxima inscrita, Joyce Oliveira, Candidata aprovada no V Concurso Público na Carreira de Defensor Público do Estado. Ela sugeriu que os vinte e sete últimos aprovados no concurso, e que não serão empossados no início de 2012, possam realizar atividades profissionais, de modo a promover as propostas aprovadas nos Ciclos de Conferências. A Presidente informou que o planejamento de expansão da instituição implica na necessidade de haver um cadastro de reservas, para substituírem eventuais desligamentos de Defensores Públicos. O Conselheiro Luciano Caserta sugeriu que a quantidade de cadastro reserva seja inferior a vinte e sete. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, a Presidente franqueou a palavra aos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro José Moacyr apontou que algumas unidades não possuem sistema de refrigeração, e destacou que o fato tem causado grande desconforto entre os Defensores e Usuários. Informou que pleiteará junto a Corregedoria Geral a dispensa de vestimentas forenses, citando o paletó e gravata. A Presidente apontou que a Coordenadoria Geral de Administração, nos últimos três anos, tem locado imóveis com sistema de ar condicionado, tornando-se padrão para as novas unidades, mas destacou que em unidades mais antigas, as sedes precisam passar por adaptações, principalmente com relação à infraestrutura elétrica do prédio. Informou que imóveis antigos possuem projetos de climatização com licitação em andamento, mas observou que o caso específico da Unidade de Campinas é peculiar, por se tratar de localização dentro da cidade judiciária. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon informou que esteve em Brasília a convite do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça para explanar sobre o modelo de Ouvidoria Externa, onde foi criada a Comissão de Controle e Participação de Sistema Penitenciário. O Representante da Apadep, Rafael Português solicitou informações sobre dois pleitos realizados pela Apadep, o primeiro sobre o subteto constitucional salarial para Defensores, e o segundo pleito sobre o regime de previdência que será aplicada aos novos Defensores. Pleiteou em ambos os casos que sejam acolhidos a mesma interpretação aplicada pela Procuradoria Geral de Justiça. A Presidente informou que a Coordenadora da Assessoria Jurídica, Defensora Kathya Beja precisa de um prazo maior para analisar os pedidos, mas informou que em breve serão formulados pareceres técnicos sobre ambos os assuntos. O Representante da Apadep, Rafael Português indagou sobre a formalização pela Defensoria Geral do não acolhimento da Deliberação CSDP 244/12, que trata dos dispositivos legais relacionados ao cálculo das vantagens pecuniárias por tempo de serviço. A Presidente informou que no âmbito da Defensoria Geral, se instaurou um processo administrativo interno, que tramita entre as Subdefensorias, a fim de fundamentar a decisão que está sendo elaborada, e em breve será enviada a todos os Defensores Públicos. Não havendo mais manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos, passou-se a ordem do dia. A Presidente deu início chamando o processo CSDP nº 359/12 (Exceção a pauta). Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no seminário "Implementação dos instrumentos de regularização fundiária: experiências práticas e o papel do Poder Judiciário", no dia 14 de dezembro de 2012. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, exceto dos Defensores Fernando Catache e Ligia Cintra por falta de documentos comprobatórios, além da homologação de desistências. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a desistência dos Defensores (as) Públicos (as) Betânia Devechi Ferraz Bonfá, Rafael Rocha Paiva Cruz, Renata Klimke e Marcelo Martiniano de Oliveira, e deferir o afastamento dos Defensores (as) Públicos (as): Angela de Lima Pieroni Detoni, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Carolina Nunes Pannain, Cristina Emy Yokaichiya, Felipe Capra da Cunha Lopes, Luiza Lins Veloso, Maria Beatriz de Alcantara Sá, Mariana Salomão Carrara, Marina Neves de Campos Mello, Pedro Pereira dos Santos Peres, Samanta Romano Tresinari Grangeiro e Vivian Monsef de Castro. Deliberou ainda, por unanimidade, indeferir o afastamento dos Defensores (as) Públicos (as) Fernando Catache Borian e Ligia Cintra de Lima Trindade. CSDP nº 253/12. Interessado: Wagner Giron de La Torre. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 109/08 (Regulamenta a gratificação pelo exercício de atividades em condições de especial dificuldade decorrente da localização ou da natureza do serviço). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator manifestou seu voto no sentido de não arquivar o processo, após o conhecimento de que o interessado solicitou desistência do pedido inicial. O

Conselheiro Bruno Miragaia apontou que a Conselheira Fabiana Zapata pediu a vista coletiva para analisar o mérito da proposta. O Conselheiro Luciano Caserta sugeriu a prorrogação dos autos, aguardando a manifestação da Conselheira Fabiana Zapata. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon mostrou preocupação se o Conselho Superior deliberar contra o pedido do interessado. O Conselheiro Vitore Maximiano apontou que o proponente manifestou pela retirada da matéria e deve ser acolhida, mas poderá retornar por iniciativa de outrem. Após a discussão, a Presidente encaminhou para votação a homologação da desistência e o arquivamento dos autos. Por maioria de votos, homologou a desistência e o arquivamento do processo, exceto os Conselheiros José Moacyr Doretto Nascimento e Luciano Alencar Negrão Caserta que votavam pela permanência dos autos para deliberação. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, homologar a desistência do interessado e o arquivamento dos autos. Vencidos os Conselheiros José Moacyr Doretto Nascimento e Luciano Alencar Negrão Caserta. CSDP nº 279/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Proposta de Desagravo Público em relação ao Exmo. Defensor Público Jairo Salvador de Souza. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de sem maiores formalidades, seja o Dr. Jairo convidado a comparecer em sessão deste Colegiado, em data próxima, dando-se publicidade no âmbito da instituição, para que possa ser desagravado em razão de ter sido impedido de exercer plenamente suas atribuições, e também na oportunidade, deverá ser dada prévia ciência ao proponente, digno Presidente da Comissão de Prerrogativas. O Conselheiro Rafael Bessa mostrou preocupação em não cumprir a deliberação CSDP nº 91/08. O Conselheiro Bruno Miragaia solicitou vista dos autos. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. Vista concedida ao Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. CSDP nº 280/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Proposta de Desagravo Público em relação aos Exmos. Defensores Públicos Daniela Skromov de Albuquerque e Carlos Weis. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O relator informou que o Defensor Carlos Weis, parte integrante dos autos, solicitou a desistência do pedido. A Conselheira Juliana Saad manifestou o pedido de vista dos autos, a fim de analisar a forma como se dará a sessão de homenagem. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. Vista concedida a Conselheira Juliana Saad. CSDP nº 281/12. Interessado: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (Institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 271/12. Interessada: Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 55/08, que institui o Sistema de tratamento das Manifestações dos Usuários no âmbito da Ouvidoria-Geral da Defensoria. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 283/12. Interessada: Escola de Defensoria Pública do Estado. Assunto: Aplicação da Deliberação CSDP nº 244, de 24 de fevereiro de 2012, relativamente à atuação dos membros dos Conselhos Editoriais da EDEPE. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de encaminhar cópia de seu voto para conhecimento da Edepe. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, expedir ofício, encaminhando cópia de seu voto, à Diretora da Escola da Defensoria Pública para conhecimento. CSDP nº 320/12. Interessado: Bruno Cesar da Silva. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de especialização "Corso di Alta Formazione in giustizia costituzionale e tutela giurisdizionale dei diritti fondamentali", no período de 14 de janeiro a 01 de fevereiro de 2013. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o afastamento justificando prejuízo no serviço no período indicado. O Conselheiro Bruno Miragaia apontou em seu entendimento que poderia ser aprovado, condicionado à apresentação dos requisitos. A Conselheira Juliana Saad sugeriu pedir vista para consultar a escala de férias da Regional, fornecendo dados complementares antes de deliberarem sobre os autos. O Conselheiro Rafael Bessa manifestou o pedido de vista para analisar as diligências. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. Vista concedida ao Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. CSDP nº 286/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher.

Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (abril a julho de 2012). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o relatório semestral do Núcleo. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. CSDP nº 163/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade, no concurso de remoção de Defensor Público. Relator: Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 015/11. Interessada: Camila Paronetti Silva. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 050/11. Interessada: Lizandra Rabelo Duarte. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 022/11. Interessada: Cristina Son. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 024/11. Interessado: Daniel Mobley Grillo. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 071/11. Interessada: Roberta Marques Benazzi Villaverde. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 004/11. Interessada: Aline Rodrigues Penha. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 020/11. Interessada: Cecília Fonseca Bandeira de Melo. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de oficializar a Edepe para lembrar que a Defensora Cecília ainda não participou do curso de formação de Defensores Públicos. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Deliberou ainda, expedir ofício a Escola da Defensoria Pública. CGDP CAEP nº 067/11. Interessado: Rafael Gandara D'Amico. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 066/11. Interessado: Paulo Arthur Araujo de Lima Ramos. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 009/11. Interessado: Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 051/11. Interessada: Luciana de Oliveira Marçaioli. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 033/11. Interessado: Erik Saddi Arnesen. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 053/11. Interessado: Luciano Pereira de Andrade. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 035/11. Interessada: Fernanda Cukier dos Santos. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e

a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 043/11. Interessado: Jose Rodolfo Stutz Cunha. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 078/11. Interessada: Vanessa Alves Vieira. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 069/11. Interessada: Renata Okano Gimenes. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 031/11. Interessada: Elisa Maria Rudge Ramos da Silva Telles. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 034/11. Interessado: Fabio Henrique Esposto. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Impedido o Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. CGDP CAEP nº 061/11. Interessada: Marina Neves de Campos Mello. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 079/11. Interessada: Verônica dos Santos Sionti. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 028/11. Interessada: Deise Gomes da Cunha Tureta. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 041/11. Interessada: Isabela Veloso Monreal. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 030/11. Interessado: Douglas Ribeiro Basílio. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 026/11. Interessado: Danilo Martins Ortega. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 008/11. Interessado: Arthur Soares Pinto Moser. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CSDP nº 288/12. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de fixação do auxílio alimentação, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 292/12. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Gestão militarizada dos ilegalismos no Brasil contemporâneo", no dia 26 de setembro de 2012. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 293/12. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de Deliberação para disciplinar a sistemática dos sorteios no âmbito da instituição. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na instituição). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 296/12. Interessado:


Alexandro Pereira Soares. Assunto: Pedido de sugestão à Defensora Pública Geral para expedição de recomendação ao Departamento Pessoal da instituição, visando o cumprimento das Deliberações CSDP nº 109/08 e CSDP nº 253/12. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 302/12. Interessada: Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (Regimento Interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 303/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (janeiro a julho de 2012). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 305/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (março a julho de 2012). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 319/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2012). Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2010). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 345/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2012). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 335/12. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 21/2006 (Cria as Defensorias Públicas Regionais da Capital e de sua Região Metropolitana). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos sete dias do mês de dezembro do ano de 2012.

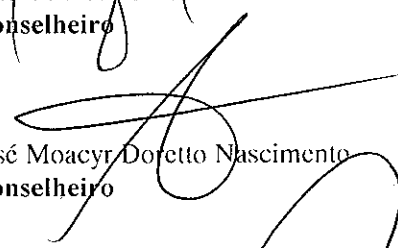

Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente

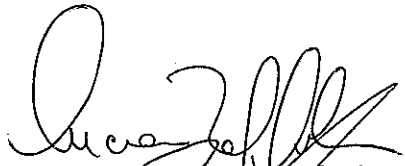

Aluisio Nunes Monte Ruggeri
Conselheiro


Juliana Saad
Conselheira


Vitore Andre Zilio Maximiano
Conselheiro


Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro

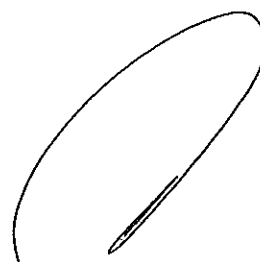
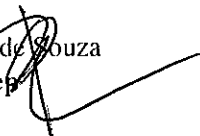

José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro



Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira

Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro

Rafael Moraes Português de Souza
Representante da Apade



Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro

Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro

